

CONCEPÇÃO DE LEITURA PARA ANÁLISE DE DISCURSO

Lucas Martins FLORES*

ABSTRACT: The reading has been subject of discussion in some years, this passes through different points of view and many perspectives, because of this it is important to know the difference meanings related to the reading subject. The Discourse Analysis (AD) of French field emphasizes the discursive reading that consists in considering what is said in one discourse and what is said in other, as a presence of a necessary absence (ORLANDI, 2007). The AD considers the reading not as only one, either infinitives, but possible readings. This permits to say that the subject reader acts in front the reading according its historicity, interplead by the ideology, and, consequently, subscribed in one determined discursive. This presentation surged from an article produced in the Subject and Discourse discipline, module 1 from the Master degree in Language Arts at UFSM, supplied by the professor Verli Petri. It aims at comprehending and reflecting the AD theory and in which ways these notions contribute for the conception of reading.

KEYWORDS: Conception; Reading; Discourse Reading.

1. Introdução

Este artigo tem o objetivo de compreender e refletir sobre alguns pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) tais como sujeito, ideologia, discurso, formação ideológica, formação discursiva para, então, fazermos uma tentativa de perceber essas noções nas questões no que concerne à leitura.

Primeiramente, uma breve localização do surgimento da AD na França será apresentada, em seguida, alguns principais conceitos teóricos e sua relação com a leitura. O trabalho está centrado em tentar pensar como a AD percebe a leitura. Não caberia aqui fazer comparações com diferentes perspectivas de leitura (Kato, Kleiman, Leffa,.) tendo em vista o objetivo do trabalho, salientando que este consiste em um trabalho inicial, dessa forma, ainda há muito a ler e conhecer sobre essa linha teórica. Nosso interesse volta-se diretamente à AD.

2. Conhecendo a Análise de Discurso

A Análise de Discurso (AD) surgiu, a partir da década de 60, em torno de Michel Pêcheux. O nascimento oficial aconteceu, em 1969, com a publicação do livro “*Análise Automática do Discurso*” de Pêcheux e da revista “*Langage*” organizada por Jean Dubois. A época de fundação do AD coincide com o auge do estruturalismo na Europa, principalmente na França, figurando um paradigma de formatação do mundo, das ideias e das coisas para geração de intelectuais. Petri (2006) coloca que essa teoria é resultado da “interlocução de Pêcheux com a Teoria das Ideologias, com a História, com o Materialismo Histórico, com a Linguística, com a Psicanálise”.

A seguinte relação permite estabelecer o que constituiu a originalidade da escola francesa: 1) o sujeito assujeitado, falado por seu discurso, diretamente provindo do

* Especialista; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Santiago, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Verli Petri/UFSM.

“estruturalismo” de Foucault, Althusser e Lacan, 2) com a historicidade de todo enunciado¹ singular, herdado de Foucault, e 3) com a materialidade de formas de língua de Saussure, Harris e Chomsky. (MAZIÈRE, 2007, p. 16). Sobre isso, Orlandi (2001, p. 63) afirma que a AD “vai articular o linguístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

Para entendermos como se dá a perspectiva de leitura adotada pela AD, a leitura discursiva, faremos uma conceituação dos principais elementos teóricos que regem essa linha teórica.

2.1 Leitura e alguns conceitos da Análise de Discurso

A leitura tem sido tematizada nos últimos tempos, a discussão passa por diferentes pontos de vista e diversas perspectivas teóricas. O que nos interessa aqui é discutir a leitura do ponto de vista da AD, que vê a leitura não como “uma só, nem infinitas, mas possíveis leituras”. Isso permite dizer que o sujeito leitor age em frente à leitura conforme a sua historicidade, interpelado pela ideologia e, por conseguinte, inscrito em uma formação discursiva determinada (INDURSKY, 1999, p. 189). Segundo Eni Orlandi (2007, p. 43) formação discursiva (FD) se define como aquilo que numa determinada formação ideológica (FI) dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. As FD representam no discurso as formações ideológicas (FI). Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Tudo que dizemos tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz efeitos, materializando-se nele (Ibid.). Então, cabe pensar o porquê da AD se preocupar, principalmente, com o discurso e não com a linguagem ou com a língua, ou melhor, qual é o lugar da língua e linguagem dentro da Análise de Discurso?

A AD concebe a linguagem como mediadora entre o homem e sua realidade natural e social, a leitura, segundo a referida autora (p. 38), não deve ser considerada somente como decodificação, mas como compreensão. Tomaremos como base a noção de linguagem usada por Indursky (1999, p. 190), em que “a linguagem não é origem, nem algo que encobre uma verdade existente independente dela própria, mas é exterior a qualquer falante”. Isso permite perceber que o leitor traz, para a leitura, a sua experiência discursiva, ou seja, todas as relações com as formas de linguagens, o já lá.

É importante considerar também que a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma da sociedade (ORLANDI, 2007, p. 16). É aí que está, segundo a referida autora (1998, p. 9), a especificidade desse campo de conhecimento, em considerar a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia.

A noção de ideologia é re-significada pela AD a partir da consideração da linguagem, trata-se de uma definição discursiva de ideologia. A ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (ORLANDI, 2007, p. 46). É a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É ela que torna possível a relação entre o

¹ “Enunciado discursivo já comporta em si a inscrição de diferentes formulações, podendo ser formalizado tal fato por E=X/Y, onde X e Y remetem para diferentes posições-sujeito e suas respectivas formulações, divergentes em si” (COURTINE, 1982 apud INDURSKY 1998, p. 193).

pensamento, a linguagem e o mundo, entre a relação de palavra/ coisa. A autora (1998, p. 9) observa que a ideologia, enquanto prática significante, aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. Mas, onde teoricamente, entra o discurso nessa relação entre sujeito, língua e ideologia? E o que é sujeito para AD?

Seria redundante afirmar que a Análise de Discurso analisa discursos. No entanto, o termo não pode ser banalizado. O discurso é um “objeto teórico” na AD, ele é o lugar de reflexão. “Não há, pois, discurso, realmente falado por seres humanos, que possa se destacar completamente dos *trás-mundos* (ou dos *pré-mundos*) que habitam” (PÊCHEUX, 1990, p. 9). Isso mostra que não há discurso sem história e sem ideologia. O discurso vai definir um processo de significação no qual estão presentes a língua e a história, em suas materialidades, e o sujeito, devidamente interpelado pela ideologia. (ORLANDI, 1998, p. 203). A autora afirma que “é fundamental termos o “discurso” como seu objeto próprio. Não a linguagem, nem a língua, nem a fala. O discurso”.

O Sujeito elaborado pela AD é o sujeito de linguagem descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam (ORLANDI, 2007, p. 20). A falha o constitui assim como a falha constitui a língua. Isso permite dizer que as palavras já chegam até nós cheias de sentidos e não sabemos como se constituíram, mas o fato é que elas significam em nós e para nós. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente, esse sujeito da AD é passível à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade. Portanto, “o sujeito, para Pêcheux, além de social é histórico, vale dizer ideológico, dotado de inconsciente” (INDURSKY, 2003, p. 1).

O seguinte fragmento do texto de Pêcheux exemplifica a relação dos conceitos de sujeito, discurso, língua, história, ideologia adotada pelo analista de discurso:

Não há, pois, *discurso*, realmente falado por seres humanos que possa se destacar completamente dos *trás-mundos* (ou dos *pré-mundos*) que o habitam: o aforismo nietzcheano, segundo o qual os homens *não poderão* se desembaraçar da religião enquanto continuarem aderindo à gramática, designa talvez o impossível de uma sociedade integralmente liberta de toda religião, seja a de um deus, a de um povo ou uma nação, a do povo, da Classe Trabalhadora ou da humanidade, a da Ciência ou do Método, ou a de sua própria *Subjetividade* (PÊCHEUX, 1990, p. 9).

Desse modo, Orlandi (2007, p. 16) observa que não se trabalha como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto, nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam. O analista de discurso trabalha com a ideia de que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua, ele trabalha a relação língua – discurso – ideologia (Ibid. p. 17). Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/ para sujeitos.

A AD se institui como uma teoria semântica, isto é, ela busca explicar como os sentidos são produzidos na/ pela materialidade da língua (RODRIGUEZ, 1998, p. 47). Já que esse é o objeto da AD, cabe questionar o que é interpretar e o que isto tem a ver com a constituição dos sentidos?

Eni Orlandi (2007, p. 26) explica que a AD visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, ou seja, a AD não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Ela afirma que não há essa chave, há método, há construção de

um dispositivo teórico, “não há uma verdade oculta atrás do texto”. Daí, a referida autora ter distinguido inteligibilidade, interpretação e compreensão. A inteligibilidade refere o sentido à língua, a autora exemplifica com: “ele disse isso”, basta saber a língua que o enunciado é inteligível, no entanto, não é interpretável, pois não se sabe quem é ele e o que ele disse. A interpretação é “o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato”. Não sabemos quem é o “ele”, nem o que “isso” representa, ou seja, quem disse o que e a quem, é necessária conhecermos a situação para conseguirmos interpretar. “Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música) produz sentidos”. É saber como as interpretações funcionam.

“O analista de discurso não interpreta o texto” (ORLANDI, 2001, p. 78). É através de um dispositivo analítico que ele torna visíveis os gestos de interpretação que textualizam a discursividade e ele interpreta os resultados dessa análise, no interior de um dispositivo teórico. Rodriguez (1998, p. 51) afirma que quando se interpreta já está preso a um sentido, os sentidos são construídos por/ através de sujeitos inscritos numa história, num processo simbólico duplamente descentrado pela inconsciente e pela ideologia. Já que o analista de discurso não interpreta o texto, como o texto é visto pela AD?

O texto não pode ser visto como uma unidade fechada, pois tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que Eni Orlandi (2001, p. 87) chamou de “exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente)”. Esses conceitos (memória, interdiscurso, intradiscurso) também são fundamentais dentro da AD.

A Memória discursiva, como definida por Pierre Achard (1999, p.52), seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento² a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mas tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. Eni Orlandi (2007, p. 31) observa que a memória discursiva é o que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, “o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Nessa perspectiva, a memória é tratada como interdiscurso.

O dizer não é propriedade particular, as palavras não são nossas, elas significam pela história e pela língua. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2007, p. 32). Por isso é inútil questionar o que o autor quis dizer com determinado texto. Dessa forma, a autora coloca que há uma relação entre o já-dito e o que está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, “entre outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação”.

Orlandi, citando Courtine (1984) explica essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas, “o interdiscurso (memória) determina o intradiscurso (atualidade)” (ORLANDI, 2001, p. 94). Dessa forma, podemos dizer que o

² “Acontecimento discursivo é uma ruptura nos modos estabelecidos de enunciar que faz surgir um novo sujeito, o que se encontra fora das redes dominantes” (INDURSKY 1999, p. 6). “Um acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o esquecimento do sentido – outro, que o precede” (INDURSKY, 2003 p. 107). Usamos acontecimento a ler, pois quando o sujeito-leitor entra em contato com um *novo* texto, ele tenta romper com o repetível, esquecendo-se, inconscientemente, que aquilo que é dito no texto não é novo lá, o já lá. Isso é o que Orlandi (2007, p. 35) chama de esquecimento, o fato de termos a ilusão de ser a origem do que dizemos.

sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.

Quando pensamos discursivamente a linguagem, também pensamos que uma mesma sequência discursiva pode produzir diferentes efeitos de sentido, em virtude das “diferentes subjetividades não subjetivas” que ela pode mobilizar, por isso é condição de existência dos sujeitos e dos sentidos constituírem-se na relação entre leitura parafrástica e polissêmica.

“Leitura parafrástica, que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) de um sentido que se supõe ser o do texto (dado pelo autor), e o que denominamos leitura polissêmica, que se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto” (ORLANDI, 2001, p. 12).

Ninguém lê num texto o que quer, do jeito que quer e para qualquer um. Seguindo a referida autora, devemos ter em mente que o sentido sempre pode ser outro, e que o sujeito também pode ser outro. Esses vão depender de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história, como trabalham e são trabalhados pela paráfrase e polissemia.

Paráfrase é a “matriz” do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e polissemia é a “fonte da linguagem”, uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois “se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2007, p. 38).

Assim, desde que se assuma uma perspectiva discursiva de leitura, de acordo com Eni Orlandi (2001, p. 8), alguns fatos se impõem em sua importância, o que resume os conceitos de AD trazidos nesse artigo, juntamente com essa concepção de leitura:

- a) *o de que a leitura, tanto quanto a escrita, faz parte do processo de instauração do(s) sentido(s);*
- b) *o de que o sujeito-leitor tem suas especificidades e sua história;*
- c) *o de que tanto sujeito quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente;*
- d) *o fato de que há múltiplos e variados modos de leitura;*
- e) *finalmente, e de forma particular, a noção de que a nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social.*

3. Considerações Finais

O nosso objetivo neste trabalho foi tentar entender alguns pressupostos teóricos da AD no que concerne a leitura, tornar algumas dessas noções parte das nossas formações discursivas, em que os sentidos estejam claros e façam parte de nós em nossa memória, enquanto sujeitos que desejam analisar os mais diferentes discursos.

A leitura é vista como uma prática historicamente determinada de atribuição de sentidos, a partir de uma perspectiva não subjetiva da subjetividade, como um processo de desvelamento e de construção de sentidos por um sujeito determinado, com limites determinados pelas condições sócio-históricas.

Enfim, o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária finaliza o fato de que sempre poderemos perceber um novo sentido para o velho sentido. Vale ressaltar que esse trabalho permitiu perceber que há um vasto campo de investigação dentro da AD, o que nos impulsiona a seguir lendo e investigando.

Referências

- ACHARD, P. *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- INDURSKY, F. A Prática Discursiva da Leitura. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *A Leitura e os Leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. *A noção de sujeito em análise do discurso*. In: II Congresso Nacional da ABRALIN, 1999, Florianópolis. Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN - No prelo, 1999.
- _____. De Ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: FREDA INDURSKY; MARIA CRISTINA LEANDRO-FERREIRA. (Org.). *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.
- _____. *Lula lá: estrutura e acontecimento*. Organon (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003.
- MAZIÈRE, F. *Análise de Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ORLANDI, E. P. *A Leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. *Discurso e Leitura*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. *O Próprio da Análise de Discurso*. Escritos. (Unicamp), São Paulo, n. 3, 1998.
- PÊCHEUX, M. *Delimitações, Inversões, deslocamentos*. Traduzido por José Horta Nunes. In: Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, 1990.
- PETRI, V. *Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60*. Expressão (Santa Maria), v. 1, 2006. Disponível em: < http://www.ufsm.br/corpus/txts_profes/Verli_expressao.pdf>.
- RODRIGUEZ, C. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.